

Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século¹

Luiz A. M. Filgueiras²

INTRODUÇÃO

O intuito deste texto é o de tratar, num plano genérico, três fenômenos, de dimensão mundial, que se entrelaçam e se complementam enquanto elementos determinantes do desemprego e da precarização do trabalho em escala planetária, quais sejam: *neoliberalismo*, *reestruturação produtiva* e a *globalização*. Em particular, tem por objetivo evidenciar que, embora distintos quanto aos seus respectivos significados e momentos históricos que lhes deram origem, esses fenômenos estão profundamente articulados no processo de transformações pelo qual vêm passando o capitalismo, desde o início dos anos 70, com a crise do *fordismo* e o término do Acordo de Bretton Woods.

Em decorrência dessas transformações, a relativa estabilidade de um certo “modo de vida”, estruturado a partir do pós-guerra nos países

¹ As idéias aqui expostas foram apresentadas, de forma preliminar, em mesa-redonda do seminário interdisciplinar “O Mal-Estar no Fim do Século XX”, organizado pelo Depto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana e pela Escola Brasileira de Psicanálise - Bahia/ Polo Feira, no dia 14/05/1997

² Prof. Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. O autor agradece à profa Graça Druck pelos comentários e sugestões feitos e, como é de praxe, se responsabiliza inteiramente pelas idéias aqui apresentadas.

capitalistas centrais, e cuja característica maior é a existência de uma grande “rede de proteção ao trabalho e de segurança social ao cidadão”, passou a ser fortemente abalada, dando origem a um sentimento generalizado de insegurança nas mais diversas esferas da sociedade.

No plano subjetivo, a representação e compreensão desses fenômenos tem desembocado na formulação de uma série de idéias que anunciam o fim das “utopias”, o fim da “sociedade do trabalho”, o fim do emprego, a “crise dos paradigmas” nas ciências sociais, o fim das classes sociais, a morte da economia, o fim do capitalismo e, até mesmo, o fim da história; entre muitos outros “fins”³.

A confluência desses três fenômenos têm apontado para o agravamento da exclusão social em todo mundo, principalmente em países como o Brasil, mas também nos países desenvolvidos, e assim faz crer, para muitos, que não existem caminhos alternativos ao processo de mudanças na direção em que o mesmo vêm ocorrendo. Desse modo, apesar de não serem eventos “naturais”, boa parte da literatura existente acaba tratando-os com uma grande dose de determinismo e inexorabilidade. Esta postura, além de servir de justificativa ideológica para as forças sociais que comandam esse processo, diluindo e confundindo os seus interesses materiais particulares com os interesses gerais, expressa, entre outras coisas, o sentimento de impotência vivido pelos indivíduos no que se refere as transformações daí decorrentes e que afetam direta ou indiretamente suas vidas.

O presente texto está organizado em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, faz-se uma comparação das origens históricas distintas do *liberalismo* e do *neoliberalismo*, concluindo com a identificação de seus pontos comuns e de suas diferenças. Este último, aqui entendido em sua dupla dimensão, isto é, enquanto uma ideologia - reivindicada por intelectuais e governantes, e com forte influência no comportamento de indivíduos e de vários grupos sociais - e enquanto um conjunto de políticas econômico-sociais, adotadas pela maioria dos governos hoje existentes.

³ Nos últimos anos, foram produzidos vários livros anunciando diversos “fins”. Entre outros títulos, listados pelo Jornal “Folha de São Paulo” (Caderno Mais, 11/05/97), tem-se: “O fim da ordem militar”, “O fim dos militantes?”, “O fim dos empregos”, “O fim da democracia”, “A morte do dinheiro”, “A morte da economia”, “O fim do capitalismo”, “A morte do homem econômico”, “O fim da arte”, “Morte da literatura”, “O fim do mundo”, “O fim do racismo”, “O fim da evolução”, “O fim do Estado-Nação”, “O fim da natureza”, “O fim do futuro”, “O fim da Ciência”, “O fim das certezas”, e o “O fim da História”.

A seguir, trata-se a *reestruturação produtiva*, compreendida como uma resposta do capital ‘a queda/estagnação da produtividade e à diminuição dos lucros, analisando-se a crise do *fordismo* e ressaltando-se as novas tecnologias e as novas formas e métodos de gestão e organização do trabalho. Na terceira parte, evidencia-se o avanço dos governos e das políticas neoliberais, enquanto alternativa ou resposta à crise da social-democracia.

Na sequência, aborda-se o processo de *globalização*, visto em sua essência, num plano mais geral, como um processo de aprofundamento das tendências mais imanentes do sistema capitalista, apesar de apontar também para o surgimento de novas situações e novos problemas. Assim, conceitua-se esse fenômeno a partir de duas óticas, isto é, desde um ponto de vista mais abstrato (a partir da lógica mais geral do capital) e, num nível de abstração menor, a partir das mudanças concretas ocorridas na concorrência intercapitalista e na própria relação entre capital e trabalho.

Por fim, na conclusão, demonstra-se a forma como se articulam esses três fenômenos, cujas dinâmicas, alimentando-se reciprocamente, se fundem num movimento geral único, que dá a direção e a natureza das transformações que vêm ocorrendo no capitalismo contemporâneo. Adicionalmente, evidencia-se as consequências sociais e políticas daí decorrentes, em especial o desemprego e a exclusão social.

LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO: DUAS VERSÕES DE UMA MESMA DOUTRINA

O fenômeno político/ideológico denominado de neoliberalismo, disseminado mundo afora a partir dos fins dos anos 70 de forma fulminante, tornou-se, em apenas duas décadas, um guia teórico e prático para partidos e governos de quase todos os países ocidentais. Aclamado de forma dominante nas academias e demais centros de produção de conhecimento, foi vulgarizado para o grande público, com apoio e influência decisivos da mídia. Os seus princípios passaram a ser aceitos, consciente ou inconscientemente, pela maior parte da população, evidenciando-se, assim, a constituição de uma hegemonia na forma de se pensar a vida em sociedade, com influência crucial nas ações cotidianas dos indivíduos. Em suma, o neoliberalismo assumiu a condição de hegemonia cultural, no sentido mais abrangente que este conceito possa ter.

No entanto, a construção deste pensamento remonta a muito

antes da década de 70, quando começou, de fato, a sua ascensão e aceitação generalizada. Por isso, a compreensão mais rigorosa do mesmo demanda um esclarecimento de suas origens históricas, que possibilite, em particular, evidenciar em que medida se constitui numa continuação/ inovação com relação ao liberalismo dos séculos XVIII e XIX, tendo em vista a existência de diferenças fundamentais nas circunstâncias históricas particulares, econômico-sociais, a partir das quais floresceram esses dois fenômenos. Além disso, isto permitirá também qualificar a aparente contradição existente entre o discurso e a ação política definidos ou autointitulados como neoliberais, que levam muitos pensadores, equivocadamente, a afirmarem que na realidade concreta não existe, de fato, nenhum governo que possa ser definido como tendo uma natureza neoliberal.

Assim, o liberalismo surgiu e ganhou influência na sociedade européia com o desenvolvimento do capitalismo e a consolidação da ordem burguesa, contrapondo-se claramente e de forma direta ao chamado “Estado Absolutista”. Este tipo de Estado, que fora, nos primórdios desse modo de produção, uma alavanca decisiva para a “revolução comercial” e a chamada “acumulação primitiva”, passou a se constituir em um entrave à “liberdade do capital”. No momento de destruição da produção artesanal, surgimento da manufatura e, posteriormente, da grande indústria, num processo que culminou com a constituição das forças produtivas especificamente capitalistas, a regulamentação existente e a interferência do Estado na vida econômica, na forma e conteúdo como vinha sendo feita, dificultavam a “livre mobilidade do capital” e a “liberdade contratual”.

No entanto, o ataque às restrições impostas pelo Absolutismo assume, no liberalismo, a feição de um ataque à intervenção do Estado em geral, que se expressa na sua tese principal, qual seja, a de que o indivíduo se caracteriza por ser a célula elementar de constituição da sociedade, cuja iniciativa e ação não podem ser contrariadas pelo Estado, tendo o mesmo, portanto, direito à total liberdade econômica e política. Na primeira instância, o mercado - a “mão invisível” - se incumbiria de compatibilizar e harmonizar as ações e os comportamentos individuais, alicerçados no egoísmo e no interesse particular, a partir da “livre concorrência” entre todos, tendo como resultado final a preservação do interesse geral. Na segunda instância, o pensamento liberal se expressa nas chamadas “Revoluções Burguesas”, com a retirada do poder absoluto das mãos do “Príncipe”, através da criação do parlamento e do judiciário (o princípio

da “separação dos poderes”), com a instituição do direito à livre associação e com o acesso à livre informação.

Em suma, há uma clara tensão/oposição entre o indivíduo e o Estado, com o primeiro só podendo realizar-se plenamente se o segundo dirigir as suas ações apenas no sentido de garantir os direitos “naturais”, em especial os direitos de propriedade, de livre contratação, de livre comércio e de livre produção. No plano internacional, essa ideologia deu origem à doutrina das “vantagens comparativas”, que fundamentava a necessidade de total liberdade comercial entre as nações, de acordo com os interesses econômicos hegemônicos da Inglaterra⁴.

Por fim, apesar desse discurso anti-Estado, a “nova ordem”, que foi aos poucos se constituindo em todo Ocidente, não significou evidentemente o fim da intervenção econômica do Estado, nem tampouco uma posição neutra do mesmo no que concerne à disputa de interesses dos mais diversos segmentos sociais, mas apenas o fim de uma determinada forma de intervenção, consubstanciada no chamado Estado Absolutista. As chamadas Guerras Napoleônicas fizeram muito mais para a difusão da “ordem liberal” do que o “livre mercado” e a “livre concorrência”.

O neoliberalismo, por sua vez, surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial, como uma reação teórica e política ao Estado Intervencionista/keynesiano, presente na Europa e nos EUA. As suas críticas se voltam, mais uma vez, contra qualquer limite, por parte do Estado, ao funcionamento dos mecanismos do mercado; o “mercado livre” é a garantia da liberdade econômica e política, esta última também ameaçada pelo intervencionismo. Portanto, neste caso também, é uma doutrina que se constrói em oposição a uma certa forma de intervenção do Estado, isto é, o chamado Estado de Bem-Estar Social Europeu ou o New Deal norte-americano⁵, e tendo por princípio mais geral que a desigualdade é um valor positivo e imprescindível na constituição de uma sociedade democrática, pois é a base da liberdade e da vitalidade da concorrência.

A decorrência dessa visão se expressa, do ponto de vista

⁴ A teoria das “Vantagens Comparativas”, criada por David Ricardo, defendia, como corolário, a divisão internacional do trabalho que então se delineava no início do século XIX, na qual a Inglaterra detinha posição hegemônica, enquanto principal nação industrializada do mundo.

⁵ Os partidários mais destacados dessa doutrina criaram a Sociedade de Mont Pèlerin (Suíça) em 1947, para combater as idéias associadas ao “solidarismo”. Entre outros, podem ser mencionados Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises etc (In: Anderson, 1995).

econômico, na recusa em aceitar o exercício de políticas ativas por parte do Estado; quer sejam macroeconômicas, no sentido de estimular em geral a atividade produtiva e o emprego, quer sejam políticas setoriais (industrial, por exemplo) e regionais. Em ambos os casos, segundo a doutrina, o resultado final é um desastre; porque a tentativa de impulsionar a economia, através de políticas monetárias e fiscais, termina apenas com mais inflação sem contudo reduzir o patamar de desemprego, enquanto o apoio a regiões e setores específicos provoca ineficiências e desperdícios, em razão da distorção do mecanismo de formação dos preços.

Por isso, o objetivo maior, e quase que único, da política econômica, deve ser o de defender a moeda, assegurando a estabilidade dos preços, e garantir o cumprimento dos contratos e da “livre concorrência”. Esta última deve ser viabilizada através da desregulamentação em geral, e do mercado de trabalho em particular, com destaque para a flexibilização das relações trabalhistas. No plano internacional se materializa na livre mobilidade de capitais e mercadorias, com a derrubada de restrições ao comércio e a livre circulação do capital financeiro.

Do ponto de vista social, também não deve haver políticas ativas que procurem diminuir as desigualdades entre os indivíduos, pois isto acomoda seus beneficiários e arrefece a competição, motor maior da sociedade e da liberdade. Mesmo quando seus adeptos reconhecem, contrariadamente, a necessidade inevitável de alguma ação neste campo, o foco se dirige para o indivíduo, como é o caso da proposta de “renda-mínima” de Milton Friedman; isto é, há uma aversão atávica por qualquer solução ou benefício de natureza coletiva, próprios das políticas de bem-estar social do pós-guerra.

Do ponto de vista político, o neoliberalismo ressalta, também, a democracia representativa, o Estado de Direito e os direitos individuais⁶; mas procura descaracterizar qualquer tipo de ação coletiva, em particular as de natureza sindical, que são sempre vistas como “corporativistas” e contrárias ao “interesse geral”. Em resumo, em todas as instâncias - econômica, social e política -, o pensamento neoliberal tem como referência maior os indivíduos, sendo a própria sociedade concebida como um mero somatório dos mesmos⁷.

⁶ O que não impede de seus mais ferrenhos defensores aceitarem ou, no mínimo, se omitirem, com relação à realização das ditas reformas neoliberais sob um regime ditatorial, como foi o caso do Chile e, mais recentemente, do Perú; só para ficarmos em dois exemplos.

⁷ Esta concepção foi explicitada de forma clara por Margareth Thatcher, ao afirmar que “Isto que chamam de sociedade é algo que não existe” (In: Ormerod, 1996).

Finalmente, da mesma forma que o “velho liberalismo”, o “novo liberalismo”, do ponto de vista da ação política, também não implicou no fim da intervenção do Estado na economia, mas apenas no redirecionamento dessa intervenção. Esta é uma questão crucial, para se compreender, para além das aparências, o porque da suposta contradição, muitas vezes manifestada, entre a doutrina neoliberal e a ação política dos governos que se inspiram, admitidamente ou não, na mesma. Os extraordinários gastos militares do Estado americano durante o Governo Reagan, assumidamente neoliberal, e o “socorro” dado aos bancos recentemente no Brasil pelo Governo FHC (nem tanto assumido), através do Programa de Reestruturação Bancária (PROER), evidenciam que, na realidade, essa contradição se dá apenas no plano do discurso formal. Isto porque a doutrina neoliberal, de supremacia do mercado e de total liberdade econômica, isto é, de defesa do “darwinismo econômico/social”, é objetivamente coerente e funcional, e se ajusta perfeitamente, à sustentação e legitimação de todas as políticas que favorecem e fortalecem o capital na sua correlação de forças com o trabalho, tanto no interior do espaço fabril quanto no conjunto da sociedade. Assim, toda intervenção econômica explícita, que vai nessa direção, é sempre justificada como passageira, uma exceção necessária à preservação e defesa do “livre mercado”.

Desse modo, o cotejamento das duas versões da mesma ideologia/doutrina indica alguns pontos comuns essenciais. Antes de tudo, a convicção de que o capitalismo é a própria “ordem natural”, começo e fim da história, de acordo com uma concepção que enxerga a sociedade governada por “leis naturais” imutáveis, que existem “desde quando o mundo é mundo”, semelhantes à lei da gravidade, isto é, leis que sempre existiram, existem e sempre existirão. Nessa medida, nesse processo de “naturalização” das relações sociais, o capitalismo e a sociedade burguesa, no limite, significam a própria realização da natureza humana. Em suma, essa “démarche”, de eternização do modo de produção capitalista e de aceitação do caráter “anti-diluviano” de suas relações sociais e de propriedade, exige nada menos do que a supressão da própria história⁸.

Adicionalmente, os três outros elementos comuns a essas duas versões da mesma doutrina são: o individualismo, político e social; o

⁸ Isto é explicitado, sem rodeios, por Fukuyama (1989 e 1992), ao considerar a democracia liberal americana como o limite máximo da evolução político/ideológica da humanidade.

princípio de que o mercado deve ser o único regulador da economia; e a afirmação da democracia representativa como valor inquestionável, apesar de que neste último caso, mais uma vez, nem sempre os auto-intitulados (neo)liberais apresentem coerência com suas respectivas práticas políticas⁹.

Por fim, apesar dessa identidade, praticamente total, entre o liberalismo e neoliberalismo, há uma diferença essencial entre ambos, determinada pelas circunstâncias históricas em que surgiram e floresceram. O liberalismo expressou, no plano das idéias, um momento de expansão do modo de produção capitalista, de superação de uma ordem social regressiva, de caráter religioso e estamental; apesar de ser, antes de tudo, uma doutrina apropriada para os interesses da burguesia em ascensão, era o anúncio da modernidade, de um tempo em que os interesses econômicos de classe e os conflitos sociais passariam a ser explicitados de forma clara, sem os subterfúgios criados pela política, os costumes, a religião ou qualquer outra instância de ação dos homens.

O neoliberalismo, por sua vez, nasceu como uma reação à forma assumida pelo capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial, caracterizada pela presença decisiva do Estado na esfera econômica, enquanto expressão do pacto social-democrata. Pacto este no qual os trabalhadores e suas organizações sindicais e partidárias participavam como sujeitos fundamentais; o que resultou na inclusão econômico-social das grandes massas trabalhadoras, a partir da distribuição dos ganhos de produtividade. Portanto, o neoliberalismo surgiu como uma doutrina que postulava um retorno ao passado, pré-crise de 1929, no qual a regulação econômica era feita, essencialmente, através do mercado e a exclusão social da maior parte da população era a marca registrada. Em suma, o neoliberalismo se constitui numa doutrina antiga e regressiva, sob qualquer ótica que se queira enxergá-la, isto é, do ponto de vista econômico, político e social.

Todavia, posteriormente, já nos anos 70, quando da crise econômica nos países capitalistas centrais, com o esgotamento do fordismo, o neoliberalismo saiu do ostracismo político que o caracterizou

⁹ Declaração recente do deputado Roberto Campos, sabidamente ardoroso defensor do liberalismo, ilustra claramente essa circunstância, ao afirmar que o erro dos militares no Brasil foi o de realizarem a “abertura política” antes da “abertura econômica” (Jornal Folha de São Paulo). No mesmo sentido, pode-se mencionar a forma imperial como o Governo FHC vem se relacionando com os poderes Legislativo e Judiciário.

durante todo o período dos “anos de ouro” do desenvolvimento capitalista, apresentando-se como uma doutrina atual. Posteriormente, após a derrocada do “socialismo real” no leste da Europa, se auto-intitulou o porta-voz dos novos tempos, da modernidade ou da pós-modernidade e da vitória definitiva do capitalismo na sua forma mais “pura”; período agora marcado pela absoluta hegemonia do mercado e da competição, em oposição às “velhas idéias intervencionistas”.

A CRISE DO CAPITALISMO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

No início dos anos 70, após um período de mais de 25 anos de crescimento, iniciou-se uma profunda crise nas economias dos países capitalistas centrais, que se expressou, sobretudo, na aceleração das taxas de inflação, na redução da produtividade e dos níveis de crescimento, na elevação dos déficits públicos e no aumento do desemprego. Era o esgotamento de um padrão de desenvolvimento capitalista, que surgiu na indústria automobilística nos EUA e se expandiu, no pós-guerra, para a Europa, qual seja: o fordismo.

Esse modelo de desenvolvimento, apoiando-se na base técnica da 2ª Revolução Industrial do fim do século XIX (construída a partir de inovações nos campos da eletricidade, da química e da manufatura de precisão) e nos métodos de organização do trabalho tayloristas (padronização das tarefas, separação entre planejamento e execução e grande especialização do Trabalho), introduzindo a esteira rolante automatizada na linha de produção e produzindo em larga escala produtos padronizados (em série), implicou no aumento extraordinário da produtividade do trabalho e na redução dos custos unitários de produção.

No entanto, essa produção em massa exigia, necessariamente, como contrapartida, o consumo em massa; sob pena da mesma se inviabilizar pelo lado da demanda, conforme evidenciou a crise de 1929. Isto, por sua vez, implicava na necessidade do capital distribuir, com os trabalhadores, os ganhos de produtividade alcançados, através do aumento real dos salários. Desse modo, a inclusão social da grande massa de trabalhadores, ampliando significativamente o mercado consumidor existente, se constituiu numa exigência objetiva do desenvolvimento do capitalismo, tornando-se um traço marcante e distintivo do novo padrão de acumulação, quando se tem em vista o padrão predominante, nos países desenvolvidos, até antes da Segunda Guerra Mundial.

No plano político/social, essas novas circunstâncias se expressaram através de um pacto social entre capital e trabalho, dirigido pelos partidos sociais-democratas de base operária, que resultou na criação do chamado “welfare state” (estado de bem-estar social). Este pacto, impulsionado, decisivamente, pelo crescimento do movimento operário e pela existência da “guerra fria” e a “ameaça do comunismo”, implicou, pelo lado dos capitalistas, no reconhecimento dos sindicatos como legítimos representantes da classe trabalhadora e elemento essencial do processo de barganha salarial, inclusive com o direito à utilização da greve econômica. Pelo lado dos trabalhadores, o pacto exigiu um movimento sindical/trabalhista tendo por limite a ordem capitalista, através do reconhecimento e legitimidade dos capitalistas como detentores dos meios de produção e organizadores do processo produtivo.

Assim, durante pelo menos 25 anos, os sucessivos governos sociais-democratas construíram um capitalismo “organizado”, tendo por base as políticas macroeconômicas de cunho neokeynesiano, de natureza anti-cíclica, que levavam o Estado a aumentar ou diminuir os seus gastos de acordo com o momento do ciclo econômico. O seguro-desemprego, e a rede de benefícios sociais construída ao longo de todo esse tempo, foram sustentados por uma forte e progressiva taxaço do capital e dos rendimentos mais elevados, viabilizada pelo elevado crescimento econômico do período. Este último definido por alguns como sendo o produto de um “círculo virtuoso”, no qual o crescimento da produtividade, a distribuição dos ganhos daí decorrentes, a contínua expansão da demanda e a estabilidade dos mercados consumidores eram os elementos fundamentais.

Em síntese, o fordismo não se constituiu apenas enquanto um modo de organização do processo de trabalho mas, significou, sobretudo, uma forma de organização da sociedade capitalista que implicou na inclusão social de grandes parcelas da população, até então marginalizadas do consumo e dos direitos de cidadania. E, mais do que isso, o fordismo deve ser entendido, num sentido mais amplo, como um “novo modo de vida”, que extrapola os limites da fábrica, implicando na construção de um “novo homem”, adaptado às exigências e à disciplina do sistema fabril organizado na forma de grande indústria¹⁰.

Desse modo, a crise do fordismo, a partir dos anos 70, não se

¹⁰ Para um detalhamento dessa questão ver “Americanismo e Fordismo” de Antonio Gramsci (1984).

resume apenas à crise de um padrão de acumulação de capital, nem muito menos à crise de um padrão de organização da produção. Ela anuncia, com todas as consequências daí advindas, a crise de um determinado “modo de vida”, a quebra de um pacto social, caracterizado pela busca do “pleno emprego”, por uma certa estabilidade no trabalho e por amplas garantias sociais. É justamente a destruição desse “modo seguro de se viver”, construído entre a Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 70, que dá origem à profunda instabilidade e insegurança específicas deste final de século.

Essa crise, que no plano político levou à derrocada dos governos e partidos sociais-democratas, bem como da ideologia na qual se apoiavam, se evidencia, no âmbito microeconômico, pelo lento crescimento, ou mesmo queda, da produtividade do trabalho. Esta última decorrente do envelhecimento do paradigma tecnológico dominante e da crescente insatisfação dos trabalhadores com o padrão de gestão fordista, manifestada na elevação do grau de absenteísmo ao trabalho, na alta rotatividade da mão-de-obra nos empregos, no desinteresse generalizado pelo processo de trabalho, no crescimento do número de greves e na difusão de muitas outras formas silenciosas de protesto.

Nessas novas circunstâncias, a disputa distributiva entre lucros/salários tendeu a se agravar, manifestando-se, no plano macroeconômico, na elevação da inflação, uma vez que o capital, já não mais aceitando a elevação do salário real, começou a repassar aos preços dos produtos todo aumento de custo daí derivado. Além disso, a redução do crescimento dos mercados consumidores, motivada pelo esgotamento do processo de difusão do padrão de consumo americano, também se constituiu em uma das causas essenciais da crise, uma vez que levou à redução dos níveis de investimento.

Do ponto de vista fiscal e do financiamento do Estado, a situação também se agravou, uma vez que a desaceleração do ritmo de crescimento econômico, por um lado, reduziu a capacidade de tributação do Estado, comprometendo, assim, as suas receitas; e, por outro, aumentou os seus gastos, em razão do crescimento do desemprego. O resultado final se expressou em crescentes déficits públicos, que acabou pressionando pela elevação dos preços e terminou por solapar as bases de sustentação do “welfare state”.

Concomitantemente, no plano internacional, assistiu-se, no início dos anos 70, ao desmoronamento da ordem internacional construída no pós-guerra, a partir do Acordo de Bretton Woods. Era o fim do padrão-

ouro e da conversibilidade do dólar, com a propagação da instabilidade, instalada a partir daí nos mercados de câmbio, para os mercados financeiros e para os mercados de produtos, em especial os *de commodities*; era o questionamento da hegemonia econômica americana, com a presença cada vez mais marcante no comércio mundial da Alemanha e, sobretudo, do Japão; era o crescimento assustador do déficit comercial americano, tendo como contrapartida crescentes superávits no Japão; enfim, era o acirramento da competição internacional, num momento de dificuldades internas nos diversos países do centro do capitalismo.

Para agravar ainda mais essa situação, reforçando as pressões endógenas para a elevação dos preços, já existentes em cada país, ocorreram mais três fatos fundamentais. Em 1973, e novamente em 1979, assistiu-se a uma grande majoração dos preços do petróleo - matéria-prima essencial da matriz energética e do padrão de industrialização desses países; e, também nesse último ano, inicia-se a elevação das taxas de juros americanas, que viria a se constituir, nos anos 80, numa das razões essenciais da chamada "crise da dívida externa" dos países da periferia do capitalismo¹¹.

Desse modo, a crise do fordismo originou-se e desenvolveu-se tanto por razões internas quanto externas a cada país, tanto no nível microeconômico quanto no macro, tanto na esfera produtiva quanto na órbita comercial e financeira das economias. A queda dos níveis de investimento, da atividade produtiva e do emprego, a crise fiscal do Estado e a aceleração da inflação se entrelaçaram, expressando as várias dimensões do problema.

Os processos de reestruturação produtiva (iniciado nos anos 70) e de globalização (a partir dos anos 80), sob inspiração e hegemonia do grande capital transnacional, de instituições multilaterais e dos governos das grandes potências, se constituem numa resposta à crise do fordismo. A doutrina neoliberal, por sua vez, ressurgindo do ostracismo e chegando ao poder em 1979 e 1980, respectivamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos, se apresenta como a ideologia mais adequada de sustentação e estímulo político desses dois movimentos estruturais do capitalismo contemporâneo, originados nos países desenvolvidos.

A reestruturação produtiva, fenômeno que se desenrola essen-

¹¹No caso do Brasil, essa crise está tratada na literatura "regulacionista" como sendo uma crise do "fordismo periférico".

cialmente na órbita microeconômica, diz respeito às transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho, e pode ser vista sob dois aspectos. No primeiro, a partir de uma ótica setorial, ela se expressa na reorganização e reconversão de setores industriais, que se caracterizam pela realização de grandes investimentos nos setores de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, telecomunicações), pela modernização de setores dinâmicos (automobilístico, máquinas e equipamentos, petroquímica) e pelo declínio de setores tradicionais (siderurgia, têxtil)¹². E no segundo, tendo por referência o processo de trabalho, ela se concretiza na adoção de um novo paradigma tecnológico e organizacional, com a introdução, por um lado, de novas tecnologias de base microeletrônica (automação informatizada) e, por outro, a introdução de novos padrões de gestão/organização do trabalho (o “modelo japonês”); acompanhados por um processo de individualização das relações estabelecidas entre capital/trabalho, com o conseqüente enfraquecimento dos sindicatos.

A característica essencial desse novo paradigma tecnológico/organizacional pode ser resumida em uma palavra, qual seja: *flexibilidade*. É a busca permanente para libertar os processos produtivos/comerciais/financeiros, sob o comando do capital, de todas as formas de rigidez próprias do fordismo. Do ponto de vista tecnológico, é a substituição da automação rígida (não programável) de base eletromecânica, pela automação flexível (programável através da informação) de base microeletrônica; que permite rápidas mudanças no processo produtivo - quantitativas (volume produzido) e qualitativas (diferenciação do produto) -, através da reorientação das máquinas e equipamentos, conforme as flutuações da demanda e a instabilidade dos mercados, próprias desse novo momento do capitalismo.

No que se refere aos novos métodos de gestão, o princípio da flexibilidade se apoia na noção de “just-in-time”, compreendido não simplesmente como a reorientação do fluxo de produção no sentido jusante à montante (da demanda para a produção), produção na quantidade e momento exatos conforme a demanda e como, conseqüência, a inexistência de estoques. Mais do que isso, o “just-in-time” significa a economia de todos os elementos da produção e a eliminação de todos os desperdícios, de todas as “sobras” e de todos os tempos mortos no interior da jornada de trabalho; portanto, significa a busca permanente de

¹² Conforme Mattoso & Oliveira (1990)

eficiência e diminuição de custos, através da racionalização do processo de trabalho. Isto implica em colocar a empresa e os trabalhadores sob tensão permanente, num processo interminável de aperfeiçoamentos e melhorias contínuas (*kaizen*)¹³.

Do ponto de vista do capital, essa nova concepção de empresa implica na necessidade de uma força de trabalho também flexível (polivalente), mais qualificada, que deve ter várias preocupações e realizar diversos tipos de tarefas, como operar as máquinas, fazer a manutenção, difundir informações, realizar o controle de qualidade, etc. O resultado é um tipo de trabalhador com maior iniciativa e maior capacitação do que o trabalhador fordista, em particular aqueles pertencentes ao núcleo central da mão-de-obra da empresa¹⁴, que torna dispensável algumas das funções de gerência e controle exercidas pelos níveis hierárquicos intermediários, anteriormente existentes. No entanto, para que tudo isto ocorra é necessário uma maior participação e envolvimento dos trabalhadores, no sentido da total identificação de seus objetivos e interesses com os da empresa. Nesse sentido, a ideologia da “parceria” e da “qualidade” e os programas de qualidade total, juntamente com o alto nível de desemprego, se destacam enquanto instrumentos de convencimento e cooptação dos trabalhadores utilizados pelas empresas.

No âmbito do mercado de trabalho, por sua vez, e sempre em nome da competitividade, a busca da flexibilidade exige a “livre contratação” entre capital e trabalho, sem nenhum tipo de restrição; exige a “livre negociação” sem intervenção e regulamentação por parte do Estado. O objetivo é flexibilizar a jornada de trabalho, a remuneração e os direitos sociais existentes. Na mesma direção, merecem ser destacadas as novas formas de relacionamento entre as empresas, através das diversas formas de subcontratação, em especial a chamada “terceirização”; todas com o

¹³ Segundo Wood (1993), o just-in-time não é simplesmente um método de administração de estoques, mas, sobretudo, um método de administração da mão-de-obra, através da administração dos estoques. A prática do *kaizen*, por sua vez, implica introduzir no processo produtivo um ritmo de trabalho estressante, já diagnosticado, inclusive, através de pesquisa com trabalhadores da Toyota (Rifkin, 1996).

¹⁴ Na verdade, vem se manifestando uma tendência de segmentação da força de trabalho, um duplo movimento. Por um lado, há uma qualificação de parcela diminuta da força de trabalho, com o enriquecimento do conteúdo do trabalho realizado e, por outro, observa-se uma desqualificação de sua parcela majoritária. Assim, os trabalhadores desse segundo grupo tendem a fazer parte da mão-de-obra subcontratada pela empresa nos momentos de necessidade, enquanto os do primeiro grupo tendem a se constituir num segmento nuclear da empresa, mais estável.

objetivo de diminuir custos e de reduzir o efetivo de mão-de-obra ao mínimo possível, com as empresas maiores, detentoras de maior poder, transferindo responsabilidades e riscos para as menores.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva iniciou-se timidamente já na segunda metade da década de 80, acelerando-se rapidamente a partir dos anos 90, quando da abertura econômica implementada pelo Governo Collor. Centrado principalmente na adoção de novas formas de gestão/organização da produção, esse processo vem se aprofundando mais recentemente, com a política de estabilização consubstanciada no Plano Real, com a subvalorização do dólar frente ao real e uma grande facilidade para importação, que vêm exigindo das empresas transformações em ritmo acelerado e associações com capitais estrangeiros, para poderem sobreviver.

Por fim, no plano do conjunto do sistema econômico, o processo de reestruturação produtiva se constitui num dos elementos determinantes do processo de globalização, uma vez que o crescimento da produtividade exige a ampliação/globalização dos mercados, ao mesmo tempo em que se difunde com este, ao determinar, através da competição, transformações nas estruturas produtivas das mais diversas regiões do mundo. Adicionalmente, o mesmo desenvolve, do ponto de vista tecnológico (telemática), os meios materiais que permitem o aprofundamento do processo de globalização e, assim, a sua própria generalização.

AVANÇO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS¹⁵

A crise do capitalismo, com o esgotamento do fordismo no início dos anos 70, criou as condições objetivas para a doutrina neoliberal se expandir e assumir importância política cada vez maior, chegando ao poder no final dos anos 70, com os Governos de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos.

As raízes da crise, segundo o neoliberalismo, estariam no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário, que pressionavam pelo aumento dos salários e dos gastos sociais do Estado, inviabilizando os lucros, corroendo as bases da acumulação das empresas e acelerando a inflação. Como decorrência desse diagnóstico, que enxerga a economia unicamente a partir da ótica do capital, as propostas e as ações

¹⁵ Esta parte do texto apoia-se, integralmente, em Anderson (op. cit.)

políticas neoliberais vão todas na direção de desmontar o “pacto social-democrata” e construir um outro tipo de Estado.

Para isto, antes de mais nada, devia-se romper o poder dos sindicatos, desqualificá-los enquanto representação dos trabalhadores, restaurando-se, por este caminho, a “taxa natural de desemprego”, que, por sua vez, disciplinaria os movimentos trabalhistas e arrefeceria suas reivindicações salariais. Do ponto de vista do Estado, devia-se reduzir os gastos sociais dos governos e realizar uma reforma fiscal, cujo ponto essencial deveria ser a diminuição dos impostos sobre as rendas e os rendimentos mais altos; dando-se assim maiores incentivos ao capital para realizar novos investimentos. A meta fundamental de todos os governos deveria ser a estabilidade monetária, adotando-se uma rígida disciplina orçamentária e buscando-se permanentemente o equilíbrio fiscal. Em suma, o objetivo a ser alcançado pode ser resumido num conceito: *desregulação*, isto é, substituir o Estado pela “livre concorrência” no que se refere ao funcionamento dos diversos mercados, em particular os mercados financeiros e o de trabalho.

Apesar dessas propostas terem sido implementadas primeiramente no Chile, quando da derrubada do Governo Socialista de Allende em 1973, foi a partir do Governo Conservador de Thatcher na Inglaterra e do Governo Republicano de Reagan nos Estados Unidos, que se difundiu a onda neoliberal que inundou o mundo nos anos 80. Foi o início da construção da hegemonia dessa doutrina em escala planetária, que viria a ser reforçada e ampliada, nos anos 90, com o desmoronamento do chamado “socialismo real” no Leste Europeu. Na Inglaterra, os principais pontos da política implementada, conforme a doutrina neoliberal, foram: contração da emissão monetária e elevação das taxas de juro, diminuição dos impostos sobre os rendimentos altos e abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, criação de desemprego massivo, repressão às greves, instituição de uma legislação anti-sindical e corte dos gastos sociais; tudo isso, acompanhado por um amplo programa de privatização, que viria a se tornar, principalmente nos países periféricos na ordem capitalista internacional, o “carro-chefe” das políticas neoliberais. Nos Estados Unidos a receita se repetiu, com a exceção do fato, relevante, de que foi o Governo durante o qual mais cresceu o déficit público (gastos militares) na história americana; em razão de uma nova escalada da “guerra fria” no início dos anos 80.

Os resultados da aplicação dessas políticas nos países desen-

volvidos, assumindo formas mais ou menos híbridas, foram a queda da inflação; a recuperação dos lucros, com a derrota do movimento sindical, expressa na queda do número de greves e na contenção dos salários; o crescimento das taxas de desemprego, com o aumento no grau de desigualdade; alta especulação financeira e taxas de crescimento diminutas, com baixo investimento produtivo. Paradoxalmente, no entanto, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, em virtude dos gastos com desempregados e aposentados, e a dívida pública cresceu em quase todos os países nos anos 90, com o advento de uma nova recessão.

Na periferia do sistema, as políticas neoliberais foram consolidadas no chamado Consenso de Washington, cuja agenda pode ser resumida pelos seguintes pontos: combate à inflação, através de planos de estabilização alicerçados na valorização das moedas nacionais frente ao dólar e na entrada de capitais especulativos; abertura da economia, com a desregulamentação dos mercados de produtos e financeiros; e, adicionalmente, as chamadas reformas estruturais do Estado, com destaque para a privatização e a reforma da ordem econômica, com a quebra dos monopólios estatais.

No Brasil, em particular, a força dos movimentos sociais e trabalhistas, numa rota de ascensão durante toda a década de 80, impediu a implementação da agenda neoliberal, que só começou a ser efetivada, de fato, a partir do Governo Collor. Interrompida momentaneamente pela crise do *impeachment* e durante o frágil Governo de Itamar Franco, a mesma foi retomada com força a partir do Governo FHC; em especial as privatizações e a tarefa de deslegitimação dos sindicatos e de desmoralização dos movimentos sociais, intento este que só não foi alcançado no que se refere ao Movimento dos Sem-Terra (MST). Atualmente, assiste-se o embate em torno das reformas administrativas e da previdência, bem como explicita-se de forma patente a intenção de desregulamentação do mercado de trabalho, em especial, através da chamada “flexibilização das relações trabalhistas”.

O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO

Numa primeira aproximação, a globalização pode ser entendida como um aprofundamento, nos anos 80, da internacionalização das relações capitalistas de produção e distribuição¹⁶, impulsionada pelo

¹⁶ Conforme Coutinho (1993)

processo de reestruturação produtiva iniciado na década anterior nos países capitalistas centrais. Um processo econômico/social/político de “desmonte/diluição dos espaços nacionais”, que tem levado, entre outras consequências, à constituição de três grandes áreas de influência, com as respectivas hegemonias dos Estados Unidos (NAFTA), Alemanha (CEE) e Japão (Sudeste Asiático), e de outras áreas de menor porte, como é o caso do MERCOSUL.

Para alguns, este processo não apresenta nada de novo, sendo apenas a continuidade de um movimento que já estava presente desde os primórdios do modo de produção capitalista, qual seja, sua permanente tendência à expansão e, nessa medida, à mundialização. Para outros, ao contrário, seria algo totalmente novo, de tal sorte que estaria se constituindo uma nova “sociedade global”, pós-capitalista; uma realidade, portanto, que estaria, no limite, superando as relações sociais capitalistas de propriedade, produção e distribuição. Em suma, continuidade para alguns e ruptura para outros.

A posição aqui defendida não se situa em nenhum desses extremos. De um lado, acredita-se que de um ponto de vista mais geral, e no interior de uma análise com um elevado grau de abstração, evidencia-se, por certo, um movimento de continuação e expansão do modo de produção capitalista, naquilo que o mesmo tem de essencial. Nesse processo podem ser identificados a radicalização e o aprofundamento de todas as suas características constitutivas, a começar pelo direito de propriedade que lhe é próprio, bem como o acirramento de todas as suas tendências imanentes.

Assim, pode se observar que a competição intercapitalista, tendo por arma as inovações de todos os tipos, torna-se cada vez mais feroz e de fato mundializa-se, quase que sem limites impostos pelas barreiras nacionais; que acelera-se fantasticamente o desenvolvimento das forças produtivas e cresce o volume e o valor dos meios de produção por trabalhador; que intensifica-se a concentração e a centralização de capitais, com o domínio mundial de poucas empresas gigantescas em cada ramo de produção; que a esfera financeira assume um papel preponderante no conjunto do funcionamento do sistema, com um superdimensionamento da “acumulação fictícia”, num ambiente cada vez mais instável e com crescimento da incerteza e do risco; e, por fim, que potencializa-se a possibilidade da crise e os seus efeitos destrutivos em escala planetária.

Todas essas características e tendências estruturais do capitalismo, já identificadas por Marx¹⁷ no século passado, não são negadas pelo processo de globalização; antes, pelo contrário, esse processo, juntamente com os outros dois fenômenos tratados anteriormente, libera o capital, em seu movimento de acumulação, de todas as amarras e restrições, permitindo-lhe uma flexibilidade quase que total no seu afã e necessidade de valorização.

No entanto, de um ponto de vista mais concreto, a forma e a amplitude, como as características e tendências acima mencionadas vêm se realizando com o processo de globalização, evidenciam a existência de novos elementos e novas circunstâncias, tanto no plano das relações de concorrência intercapitalistas, quanto da própria relação capital/trabalho que funda e define esse modo de produção.

Antes de mais nada, a concorrência centra-se cada vez mais no domínio do conhecimento e da informação; com isto, as vantagens competitivas naturais tendem a desaparecer, deixando de ser relevantes para definir uma inserção melhor ou pior de qualquer região na nova ordem econômica internacional. A relação centro/periferia torna-se mais complexa e mais instável; ao mesmo tempo em que há transferências de capitais especulativos e atividades produtivas, algumas vezes com alto conteúdo tecnológico, de países centrais para países da periferia, cresce a subordinação destes últimos e, portanto, os riscos de interrupção abrupta dos elementos impulsionadores do processo de desenvolvimento. Pelo mesmo motivo, fragiliza-se o poder da maioria dos Estados Nacionais e estreita-se a capacidade de se fazer políticas macroeconômicas, na mesma medida que se fortalece o poderio das maiores potências, tendo por instrumentos as instituições financeiras multilaterais, como o FMI, o BIRD, o BID, etc.

A globalização da produção e dos mercados de produtos, bem como a formação de um mercado financeiro mundial¹⁸, têm levado a interpenetração patrimonial das multinacionais, implicando, num certo

¹⁷ Todas as leis de movimento do capital são deduzidas por Marx, n' *O Capital*, diretamente da sua lei do valor, explicitada como a principal lei de funcionamento do modo de produção capitalista.

¹⁸ Calcula-se um movimento diário no cassino financeiro da ordem de US\$ 1 tri. Os montantes envolvidos nos fluxos brutos globais, incluindo os chamados mercados derivativos, estão estimados em US\$ 30 Trilhões de dólares. Em particular, os mercados de câmbio se tornaram altamente especulativos a partir das políticas de desregulação financeira, implementadas por Reagan e Thatcher nos anos 80. Os bancos centrais tornaram-se impotentes para controlarem ataques especulativos contra as suas respectivas moedas nacionais, o que implicou no aumento dos riscos sistêmicos.

sentido, na desterritorialização da grande burguesia dos países mais poderosos. Além disso, também têm determinado a constituição de modelos e práticas culturais mundiais (supranacionais), usufruídos por minorias que possuem rendas mais elevadas, inclusive aquelas situadas na periferia, e construídos a partir das várias formas de comunicação e informação, desenvolvidas recentemente. Nessa medida, o mundo vem se tornando cada vez mais semelhante, tanto no uso de altas tecnologias e nos padrões de consumo sofisticados, quanto nas desigualdades econômicas e na exclusão social; apesar das barreiras nacionais e culturais, quase intransponíveis, para a globalização do mercado de trabalho.

No plano das relações capital/trabalho as redifinições são profundas. O processo de globalização, ao difundir as novas tecnologias e as novas formas de gestão da força de trabalho, vem alterando crucialmente a correlação de forças entre as partes. Com isto, tem reaparecido velhas formas de consumo da força de trabalho e surgido novas formas de exploração, que vêm afetando especialmente o “modo de ser” da classe trabalhadora¹⁹. A antiga classe operária do fordismo vem dando lugar a uma classe trabalhadora mais heterogênea, diversificada em suas condições de trabalho, formas de remuneração e identidades coletivas; o que tem impulsionado a crise dos sindicatos em todo mundo.

CONCLUSÃO

Conforme visto, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização, embora se constituam em fenômenos distintos, estão profundamente articulados no processo de transformações por que vem passando o capitalismo nesse fim de século. O denominador comum aos três fenômenos pode ser sintetizado no ideal da “acumulação flexível”, isto é, o capital, em seu movimento de valorização, deve estar livre de empecilhos e restrições de quaisquer naturezas.

Essa flexibilidade deve ser alcançada em todas as esferas e dimensões da acumulação: flexibilidade espacial, com a derrubada das restrições de entrada e saída, de capitais e mercadorias, nos diversos países e regiões; flexibilidade temporal, com a criação de novos e impressionantes meios de comunicação e de produção de informações; flexibilidade produtiva, das máquinas, equipamentos e da mão-de-obra, de

¹⁹ Uma boa análise desses impactos pode ser vista em Antunes (1995).

acordo com as flutuações quantitativas e qualitativas da demanda; flexibilidade financeira e de comercialização; flexibilidade no uso e na contratação e dispensa da mão-de-obra, com a total desregulamentação do mercado de trabalho, de acordo também com as variações da demanda; e flexibilidade da jornada de trabalho e da remuneração dos trabalhadores. Enfim, para o capital, total liberdade de movimento, contratação e exploração da força-de-trabalho.

Nessa medida, o neoliberalismo, enquanto ideologia e como política econômica, se constitui na doutrina mais adequada para o capital, nessa nova fase do desenvolvimento. Essa adequação ocorre tanto na órbita microeconômica, com a defesa da individualização das relações entre o capital e o trabalho, da livre negociação sem quaisquer parâmetros ou restrições (sobretudo, de remuneração e tempo de trabalho) e do sindicato por empresa; quanto no nível macroeconômico, através da proposição de derrubada de todas as barreiras que impedem a livre mobilidade do capital em qualquer uma de suas formas, bem como a reorientação da intervenção do Estado no sentido de viabilizar todos os tipos de flexibilidade acima mencionados.

Nesse sentido, a doutrina neoliberal serve tanto à reestruturação produtiva quanto ao processo de globalização, na forma como os mesmos vêm ocorrendo. Esses dois outros fenômenos, por sua vez, se estimulam e se realimentam reciprocamente, acelerando o desenvolvimento das forças produtivas e ampliando o circuito da acumulação. Em particular, o novo paradigma tecnológico, viabilizando a associação da informática às telecomunicações, foi determinante para a criação de um mercado financeiro globalizado.

Do ponto de vista das relações entre capital e trabalho, o processo de mudanças, ora vivenciado, impacta profundamente. Em especial, para amplas parcelas das populações, esse processo, ao provocar o surgimento do desemprego estrutural e das mais variadas formas de precarização do trabalho, atinge o elemento fundamental que estrutura a vida das pessoas, qual seja, o próprio trabalho. E isto se dá sem a ocorrência, ou até a possibilidade, do mesmo ser substituído, na sua função estruturante, por qualquer outra dimensão da vida dos indivíduos; apesar do anúncio, por parte de alguns pensadores, sobre a eminência do surgimento da “sociedade do não-trabalho” ou da “sociedade do lazer”²⁰.

²⁰ Em particular, conforme a formulação de Gorz (1993)

A natureza das inovações tecnológicas e organizacionais, juntamente com o reduzido crescimento econômico - próprio de uma fase do capitalismo caracterizada pela mais absoluta hegemonia do capital financeiro e, por decorrência, de sua lógica de funcionamento - determinam a existência de elevadas taxas de desemprego e a ampla disseminação de um processo de precarização do trabalho. No limite, está-se criando uma grande massa de indivíduos dispensáveis, não exploráveis pelo capital; indivíduos cuja força-de-trabalho não possui valor-de-troca no mercado, e cujo trabalho, de forma autônoma, não consegue nem mesmo se materializar em mercadorias vendáveis.

O desemprego estrutural se expressa na persistência das elevadas taxas, apesar de algum crescimento econômico, e na ampliação do tempo médio no qual os indivíduos ficam sem ocupação produtiva. Ele atinge os diversos grupos sociais/étnicos de forma diferenciada, sendo maior entre os jovens, as mulheres e os negros. Essa mesma discriminação ocorre com o fenômeno do subemprego; o trabalho em tempo parcial, temporário ou sub-remunerado, e sem a mínima garantia de direitos sociais, é exercido, principalmente, por esses mesmos segmentos sociais.

A precarização do trabalho também ocorre para os que conseguem ter ocupação, e se expressa na maior extensão e intensificação da jornada de trabalho, traduzida no aumento das horas-extras e no crescimento do estresse, e numa menor remuneração. Algumas formas pretéritas de trabalho, próprias dos momentos iniciais da produção capitalista, retornam com força, como é o caso do “trabalho à domicílio” e do trabalho do menor. E isto ocorre tanto nos países atrasados quanto naqueles desenvolvidos, tanto em setores tradicionais (têxtil e calçados) quanto nos ditos modernos (microeletrônica).

Essa precarização também atinge a própria identidade e representação dos trabalhadores, através do processo de destruição, desfiguração e segmentação dos “coletivos de trabalho”, promovido pelas práticas de subcontratação e de terceirização, que desvinculam parcelas crescentes dos trabalhadores das grandes empresas e agravam a crise dos sindicatos. Estes, atingidos pelo crescente desemprego, com a consequente diminuição das categorias as quais representam, e também em virtude da maior heterogeneidade dos que estão ocupados, têm dificuldade de organizar e comandar os trabalhadores em ações coletivas. Além disso, o desemprego se revela, mais uma vez, como o instrumento fundamental da disciplina do capital sobre o trabalho, tanto com relação aos níveis de

remuneração quanto no que concerne às condições de trabalho no interior das empresas.

Ao nível da sociedade como um todo, o resultado desse processo é o retorno, neste final de século XX, de dificuldades e problemas próprios dos séculos XVIII e XIX, com a ampliação da exclusão social, de países e regiões inteiras do planeta e de grupos sociais e étnicos, mesmo dentro dos países desenvolvidos. O crescimento da pobreza absoluta, com todas as suas mazelas (doenças físicas e mentais, alcoolismo, violência, criminalidade, etc), são uma realidade gritante mesmo na sociedade americana, cuja economia ainda é a mais poderosa do globo²¹. O ataque aos benefícios sociais, próprios do Estado de Bem-estar Social, só agrava o quadro e acirra a incerteza e desconfiança dos indivíduos frente ao futuro.

No plano político, a queda do “socialismo real” no final dos anos 80, além de fortalecer o capital na sua relação com o trabalho, facilitando o aprofundamento da reestruturação produtiva e da globalização, abriu as portas para o aparecimento de velhas ideologias, que ressurgem com virulência renovada, apoiando e justificando movimentos e ações políticas violentas. Dentre outras, pode-se mencionar, claramente, o nacionalismo, o xenofobismo (contra os imigrantes) e o fascismo, que colocam em questão a própria democracia representativa existente no Ocidente. A crise de representação dos partidos políticos e do sistema político liberal mostra toda a sua dimensão no profundo descrédito, da maioria da população, com relação à prática política, aos políticos, aos partidos e ao jogo eleitoral, enquanto instâncias e meios de resolução de seus problemas e aflições²².

Em suma, num momento de hegemonia, em escala mundial, das relações e dos valores capitalistas, em sua forma mais acabada, assiste-se a um processo de homogeneização e diferenciação das sociedades também em âmbito planetário²³. Ao tempo em que, parcelas minoritárias abastadas das diversas sociedades se identificam entre si, por cima mesmo das barreiras e valores culturais nacionais, amplos contingentes populacionais são jogados à margem do processo de criação e

²¹ Para um relato elucidativo das consequências econômico-sociais, na sociedade americana, do novo paradigma tecnológico ver Rifkin (1996)

²² Nos Estados Unidos, nas últimas eleições para presidente, votaram menos de 50% dos eleitores cadastrados.

²³ Conclusão também ressaltada por Druck (1995)

consumo da riqueza; enquanto uma terceira parcela, majoritária, vivencia um permanente estado de incerteza e ansiedade com relação ao seu destino, ameaçada de ir fazer companhia aos que já foram dispensados pelo sistema capitalista de produção e distribuição de mercadorias.

Desse modo, homogeneiza-se econômica, política e socialmente parte significativa do planeta, mas, ao mesmo tempo, aprofunda-se a diferenciação no interior de cada espaço nacional, mesmo nos países mais desenvolvidos. Nessa medida, globaliza-se o desemprego e a exclusão social, a instabilidade e as incertezas; enfim, globaliza-se um certo mal-estar, inclusive entre as parcelas privilegiadas das sociedades, de se estar destruindo um “modo de vida” sem, contudo, se ter ainda a clareza do que se está colocando em seu lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P.. “Balanço do Neoliberalismo”, in Sader, E. (org.) **Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho? - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- BORGES, A.; DRUCK, M. G.. Crise global, terceirização e exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador., n.19, jul/dez, 1993, p. 22-43.
- COUTINHO, L.. Terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança, **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n.1, ago., 1993, p. 69-87
- DRUCK, M. G.. **Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica** - um estudo do complexo petroquímico da Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, 1995, 275 p.
- FERREIRA, C.G.. O fordismo, sua crise e o caso brasileiro. **Cadernos do CESIT**, Campinas, n.13, 1993.
- FIORI, J. L.. As palavras e as coisas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. Cad. 6, 1994, p. 3.
- FUKUYAMA, F.. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Ed. Rocco, 1992

- GORZ, A.. O declínio da relevância do trabalho e a ascensão de valores pós-econômicos. In: **O Socialismo do Futuro**, n. 06, 1996. Instituto Pensar - Fundação Sistema, 1993.
- GRAMSCI, A.. **Maquiável, a política e o estado moderno**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, cap. 4: “Americanismo e Fordismo”, 1984.
- MATTOSO, J. & OLIVEIRA, M. A.. Desenvolvimento excludente, crise econômica e desafios do sindicalismo brasileiro, **Cadernos do CESIT**, Campinas, n.1, 1990.
- MARX, K.. 1867 **O capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. In: *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983/1984.
- ORMEROD, P.. **A morte da economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIFKIN, J.. **O fim dos Empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- WOOD, S.. Toyotismo e/ou japonização. In: HIRATA, H. (org.). **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993, p. 49-77.

